



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS AVANÇADO VIGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGROEXTRATIVISMO PESQUEIRO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

BRUNA LUIZA CIARINI NEGRÃO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NA ESCOLA QUILOMBOLA SÃO JUDAS TADEU,
BUJARU, PARÁ**

VIGIA – PARÁ
2024

BRUNA LUIZA CIARINI NEGRÃO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NA ESCOLA QUILOMBOLA SÃO JUDAS TADEU,
BUJARU, PARÁ**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) *Campus* Avançado Vigia, como requisito para obtenção do grau de Especialista em Agroextrativismo Pesqueiro e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Regiara Croelhas Modesto

VIGIA – PARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N385p

Negrão, Bruna Luiza Ciarini

Práticas pedagógicas para inclusão da educação alimentar e nutricional na escola quilombola São Judas Tadeu, Bujaru/ Bruna Luiza Ciarini Negrão - Vigia, 2024.
27 f. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Agroextrativismo Pesqueiro e Desenvolvimento Rural) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Avançado Vigia, 2024.

Orientadora: Dra. Regiara Croelhas Modesto

1. Educação alimentar 2. Práticas pedagógicas 3. Escola Quilombola I. Título.

CDD – 612.3

Ficha elaborada pelo setor Processamento Técnico IFPA-Campus Avançado Vigia

BRUNA LUIZA CIARINI NEGRÃO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NA ESCOLA QUILOMBOLA SÃO JUDAS TADEU,
BUJARU, PARÁ**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) *Campus* Avançado Vigia, como requisito para obtenção do grau de Especialista em Agroextrativismo Pesqueiro e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dra. Regiara Croelhas Modesto

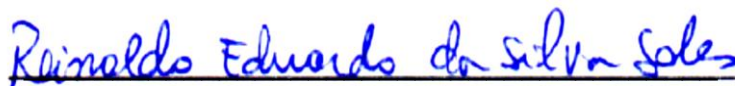
Data da defesa: 27/02/2024



Orientador(a): Prof^a Dr^a. Regiara Croelhas Modesto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
(IFPA), *Campus* Castanhal



Avaliador(a): Prof^a. Dra. Marley Antônia Silva da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
(IFPA), *Campus* Castanhal



Avaliador(a): Prof^o. Dr. Reinaldo Eduardo Sales
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
(IFPA), *Campus* Castanhal

VIGIA – PARÁ

2024

RESUMO

No Brasil, mesmo com os esforços de diferentes grupos e de várias instituições para que todos os brasileiros possuam os mesmos direitos, são notórias as desigualdades sociais, em especial no que se refere às populações negras. Neste sentido, insere-se a preocupação com o ensino e a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional, em escolas quilombolas. Assim, o objetivo deste estudo foi descrever práticas pedagógicas identificadas em uma escola quilombola, na Amazônia paraense, relacionadas à educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem na referida escola. A pesquisa foi de cunho qualitativo. Os resultados apresentam práticas pedagógicas exequíveis, que levaram em consideração a realidade cultural desses territórios. A pesquisa também possibilitou a identificação de outros aspectos inerentes à aprendizagem como a participação das famílias no fazer pedagógico da escola e a tomada de consciência de pertencimento étnico-racial.

Palavras-chave: Educação; Alimentação escolar; Cultura alimentar; Quilombos.

ABSTRACT

In Brazil, despite the efforts of different groups and institutions to ensure that all Brazilians have the same rights, social inequalities are notorious, especially with regard to black populations. In this sense, there is concern about the teaching and inclusion of Food and Nutrition Education in quilombola schools. The aim of this study was to describe the pedagogical practices identified in a quilombola school in the Amazon region of Pará, related to food and nutrition education in the teaching and learning process at the school. The research was qualitative. The results show feasible pedagogical practices that take into account the cultural reality of these territories. The research also made it possible to identify other aspects inherent to learning, such as the participation of families in the school's pedagogical activities and the awareness of ethnic-racial belonging.

Key words: Education; School Feeding; Food culture; Quilombos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	15
RESULTADOS.....	17
DISCUSSÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
AGRADECIMENTOS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

ARTIGO:

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NA ESCOLA QUILOMBOLA SÃO JUDAS TADEU,
BUJARU, PARÁ**

*Artigo redigido para Revista Diálogos Possíveis, ISSN 2447-9047 (versão on-line), Qualis A4
(Quadriênio 2017-2020) em Interdisciplinar.*

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA QUILOMBOLA SÃO JUDAS TADEU, BUJARU, PARÁ

PEDAGOGICAL PRACTICES FOR INCLUDING FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION IN THE QUILOMBOLA SCHOOL SÃO JUDAS TADEU, BUJARU, PARÁ

Resumo: No Brasil, mesmo com os esforços de diferentes grupos e de várias instituições para que todos os brasileiros possuam os mesmos direitos, são notórias as desigualdades sociais, em especial no que se refere às populações negras. Neste sentido, insere-se a preocupação com o ensino e a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional, em escolas quilombolas. Assim, o objetivo deste estudo foi descrever práticas pedagógicas identificadas em uma escola quilombola, na Amazônia paraense, relacionadas à educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem na referida escola. A pesquisa foi de cunho qualitativo. Os resultados apresentam práticas pedagógicas exequíveis, que levaram em consideração a realidade cultural desses territórios. A pesquisa também possibilitou a identificação de outros aspectos inerentes à aprendizagem como a participação das famílias no fazer pedagógico da escola e a tomada de consciência de pertencimento étnico-racial.

Palavras-chave: Educação. Alimentação escolar. Cultura alimentar. Quilombos.

Abstract: In Brazil, despite the efforts of different groups and institutions to ensure that all Brazilians have the same rights, social inequalities are notorious, especially with regard to black populations. In this sense, there is concern about the teaching and inclusion of Food and Nutrition Education in quilombola schools. The aim of this study was to describe the pedagogical practices identified in a quilombola school in the Amazon region of Pará, related to food and nutrition education in the teaching and learning process at the school. The research was qualitative. The results show feasible pedagogical practices that take into account the cultural reality of these territories. The research also made it possible to identify other aspects inherent to learning, such as the participation of families in the school's pedagogical activities and the awareness of ethnic-racial belonging.

Keywords: Education. School Feeding. Food culture. Quilombos.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país formado a partir da contribuição de diferentes culturas, entre as quais se destacam as culturas Negra, Indígena e Européia. Apesar de saber que muitos são os esforços desses diferentes grupos e de várias instituições para que todos os brasileiros possuam os mesmos direitos, são notórias as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às populações negras.

Diante desse quadro, debates promovidos nos últimos anos têm trazido à tona a questão do ensino em escolas rurais quilombolas remanescentes. Nesse sentido, ao se falar em quilombos rurais, falamos também sobre agriculturas familiares amazônicas e como elas se entrelaçam com a alimentação saudável e como a inclusão alimentar e nutricional em escolas de comunidade tradicionais amazônicas podem contribuir para a inclusão da educação alimentar e nutricional em escolas de comunidades tradicionais quilombolas.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui uma estratégia preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição, sendo considerada um importante instrumento para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

No Brasil, a relevância da EAN resultou na elaboração do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, documento lançado em 2012 (Brasil, 2012). Desde então, em todo o país, encontram-se iniciativas alinhadas aos princípios do referido marco e políticas públicas instituídas como, por exemplo, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Política Nacional de Promoção da Saúde, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os avanços relacionados à Educação Alimentar e Nutricional são incontestáveis. Contudo, ainda existem muitos desafios para se desenvolver ações de EAN, especialmente, os relacionados aos princípios e práticas da valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, do fortalecimento de hábitos regionais, da redução do desperdício de alimentos e as dimensões relacionadas à sustentabilidade. A preocupação com os direitos dos quilombolas, insere-se nesse contexto.

As comunidades remanescentes dos quilombolas são grupos étnicos, reconhecidas oficialmente segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, que tenha pertencimento e ancestralidade negra sinônimos de resistência à

opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003; AMÉRICO & DIAS, 2019).

A resistência destes grupos envolve a luta pela preservação de suas tradições e da sua cultura, incluindo a sua alimentação. O ato de comer dos povos quilombolas não tem somente relação com uma satisfação fisiológica. Ao contrário, a preservação de modos de preparo dos alimentos e, também, o uso de alimentos característicos de cada população é uma ação desejada para a manutenção da memória e da identidade dos povos quilombolas (Souza & Ribeiro, 2023).

A partir desse contexto, que envolve a necessidade de ações capazes de promover a inclusão de grupos e indivíduos socialmente excluídos, implicando, neste caso específico, os quilombolas, tomamos como foco de reflexão, os encadeamentos que possibilitaram a incorporação de princípios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aos instrumentos de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com especial atenção a educação escolar quilombola.

O PNAE, instituído no país na década de 1940 pelo Instituto de Nutrição da época, e reformulado ao longo dos anos, é uma das políticas de caráter assistencial mais antigas do Brasil (NERO et al, 2023). No contexto de avanço na estruturação das políticas de segurança alimentar no Brasil, a Lei nº 11.947/2009, que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, a aprendizagem e o desempenho escolar, bem como a criação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos em idade escolar do país, trouxe inovações, das quais destacam-se três pontos muito importantes (BRASIL, 2009).

O primeiro deles está relacionado ao atendimento do PNAE, que foi estendido a todos os alunos da educação básica, incluindo os estudantes do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA) e a todas as unidades da rede pública, incluindo escolas federais, filantrópicas e comunitárias. Essa universalização do atendimento, consolidada posteriormente com a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009, elevou consideravelmente o público beneficiário do programa.

O segundo, está relacionado ao reajuste dos valores per capita repassados às unidades federativas para o PNAE. Em um breve resgate histórico, registra-se que em 2004, a Resolução CD/FNDE nº 38, de 23 de agosto de 2004 previu pela primeira vez as comunidades quilombolas como beneficiárias do programa, mas apenas da perspectiva financeira, em que eram destinados o dobro do valor dos alunos não pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Somente dois anos mais tarde, instituiu-se a necessidade de uma atenção

específica aos hábitos alimentares desses públicos, desde a elaboração do cardápio ao acompanhamento da execução da alimentação escolar. Assim, a Resolução CD/FNDE nº 32/2006, no art. 14, estabeleceu:

§ 4º A elaboração do cardápio deve ser feita de modo a promover hábitos alimentares saudáveis, respeitando-se os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura.

§ 5º A elaboração dos cardápios da alimentação escolar destinada aos alunos das escolas e creches indígenas e quilombolas deverá ser acompanhada pelo CAE e por representantes das comunidades indígenas e quilombolas, respeitando-se aos hábitos alimentares de cada etnia (BRASIL, 2006).

Em relação aos valores per capita, os estudantes matriculados em escolas situadas em comunidades quilombolas começaram a usufruir dos recursos do Pnae a partir de junho de 2005, quando o valor foi estabelecido em R\$0,34/dia (BRASIL, 2009). Em 24 de março de 2006, o valor per capita para creche e para o ensino fundamental foi reajustado e o recurso destinado aos escolares, por refeição ao dia, em creches, saiu de R\$ 0,18 para R\$ 0,22 e para aqueles matriculados, tanto em creches indígenas como em áreas remanescentes de quilombos, passou de R\$ 0,34 para R\$ 0,42 (BRASIL, 2006). Em agosto do mesmo ano, os valores foram novamente reajustados e os estudantes inscritos em creches e instituições indígenas e nas áreas remanescentes de quilombolas, alcançaram R\$0,44 (BRASIL, 2006).

A partir da Lei nº 11.947/2009, os valores per capita repassado para os alunos quilombolas matriculados em áreas remanescentes de quilombos alcançaram maiores valores e os agricultores familiares quilombolas e suas organizações sociais passaram a ter prioridade na venda de alimentos para a Alimentação Escolar. O valor per capita repassado para os estudantes matriculados em instituições de educação básica situadas em áreas indígenas e em regiões remanescentes de quilombos, em 2009, foi estabelecido em R\$0,60 (BRASIL, 2009).

No ano seguinte, o valor executado passou a ser de R\$0,64/dia (BRASIL, 2020). Atualmente, o valor per capita instituído no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos é de R\$0,86 (BRASIL, 2023).

O terceiro ponto está relacionado ao fato de que a Lei nº 11.947/2009 determina não somente o fornecimento de alimentação escolar em comunidades quilombolas, com respeito aos hábitos alimentares locais, mas a prioridade desses povos na

aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Neste contexto, quanto à seleção dos projetos de venda habilitados, o primeiro critério de seleção é o local. Neste sentido, os grupos devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das regiões geográficas imediatas, grupo de projetos das regiões geográficas intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

A partir da separação dos projetos de venda em grupos, habilitados por grupos formais ou informais. O próximo critério de seleção é verificar se entre os projetos de venda locais há projetos de venda de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou de comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes (BRASIL, 2023).

Diante do exposto, as principais estratégias de apoio a essas comunidades estão vinculadas ao recurso diferenciado para compra de alimentos para os estudantes quilombolas devidamente matriculados, à compra de alimentos da agricultura familiar local e à preservação da cultura alimentar por meio dos cardápios escolares.

A partir desta contextualização, ainda que se tenha observado a crescente importância da EAN e das proposições do PNAE, os direitos dos quilombolas à educação básica que atenda as peculiaridades deste grupo étnico, não serão alcançados com políticas públicas isoladas.

Neste sentido, soma-se os ao contexto da EAN, o previsto na Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que a educação escolar quilombola, modalidade própria de ensino no Brasil, seja desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras, baseadas na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, as reconhecendo e valorizando (BRASIL, 2013).

A escola é, portanto, um espaço importante para a garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades e para incentivar a alimentação saudável, devido a sua capacidade de produzir impacto na formação cidadã do indivíduo, estimulando a autonomia e habilidades com obtenção de atitudes consideradas mais saudáveis pelos alunos (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a escola torna-se um local estratégico para realização de ações educativas e de promoção à saúde que tornem as escolhas alimentares mais saudáveis (SODER et al, 2021). No que se refere a alimentação é importante

considerar e abranger suas múltiplas dimensões, para auxiliar os sujeitos e/ou grupos sociais a tomarem decisões conscientes, não só no que diz respeito ao ato de comer, mas, sobretudo, no entendimento de que, para comer adequadamente e de maneira saudável, é necessário ser consciente de sua realidade e dinamizar o processo de mudança.

O caráter universal e a gratuidade no fornecimento da merenda escolar, associada a uma contextualização pedagógica para uma formação consciente dos hábitos alimentares saudáveis dos estudantes e preservação da identidade dos povos quilombolas corrobora para a articulação de professores, órgãos governamentais e instituições potencialmente parceiras, como promotoras da alimentação adequada e saudável nos diferentes territórios.

Neste contexto, este estudo emerge da seguinte questão norteadora: como é feita a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem em escolas quilombolas? A partir desta questão, delimitou-se o objetivo deste estudo que foi descrever práticas pedagógicas identificadas em uma escola quilombola, na Amazônia paraense, relacionadas à educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem em escolas quilombolas.

A relevância deste trabalho vem do fato de que a prática pedagógica adotada pela professora, pode ensinar o educando a “ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo” (PAIVA, PARENTE, BRANDÃO, QUEIROZ, 2016, p.147). Além disso, a pedagogia parte do pressuposto de que a educação tem como finalidade a formação de homens conscientes e capazes de transformar as estruturas sociais.

E neste sentido, torna-se fundamental, apresentar e discutir na escola, a relevância histórica dos quilombos, que é um instrumento social imprescindível para a compreensão da história de luta e resistência dos quilombos a fim de promover a transformação social (LEITE, 2019).

Assim, é importante compreender os processos históricos desencadeados pela construção quilombola na luta pelos direitos fundamentais e sociais, a fim de pormenorizar aspectos característicos de luta, identidade e cultura, que estão presentes dentro da conceituação de remanescentes de quilombos (LEITE, 2019).

Dessa forma, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode ser uma estratégia para promover um diálogo interdisciplinar entre a alimentação e o conjunto de valores sociais, culturais, afetivos, sensoriais e econômicos que se encontram para

o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Se a comida tem o potencial de expressão cultural, pode-se utilizar da alimentação e culinária quilombola e de toda técnica e organização que as permeiam, como forma de valorizar a identidade negra no Brasil (RODRIGUES & OLIVEIRA, 2021).

Por fim, apresentar as experiências vivenciadas em sala de aula é relevante na medida em que a educação é, também, uma troca de conhecimentos/práticas educacionais. Assim, à medida que tais vivências são compartilhadas, torna-se possível contribuir para o enriquecimento educacional do conjunto social do qual somos parte.

METODOLOGIA

A escolha dos procedimentos metodológicos considerou os contextos complexos deste estudo, visto que envolve a diversidade de educadores e territórios, e a necessária adaptação do instrumento de coleta de dados, que respondesse à questão norteadora.

A metodologia proposta para investigação foi a pesquisa qualitativa. Chizzotti (2010) afirma que a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

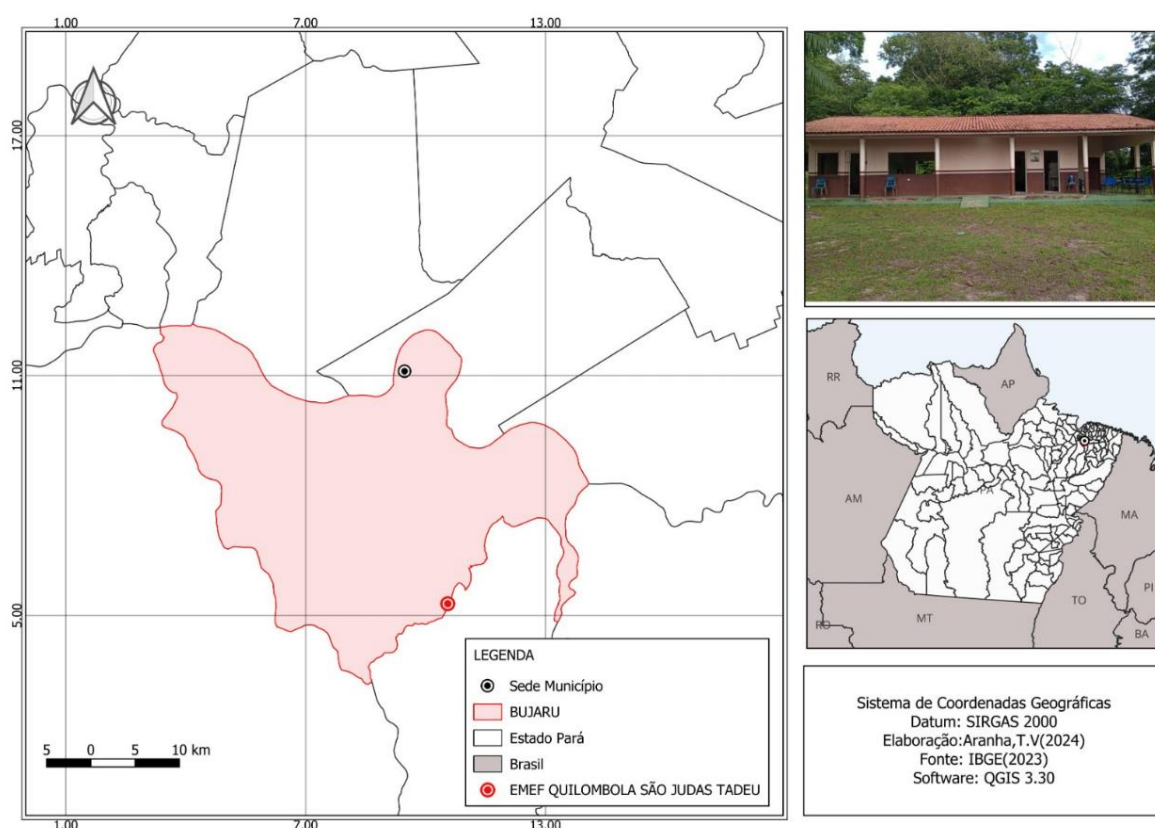
Neste contexto, os caminhos metodológicos iniciaram pela pesquisa bibliográfica relacionada à Educação Alimentar e Nutricional, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, às comunidades remanescentes de quilombos, em especial, aquelas onde este estudo foi realizado e a práticas pedagógicas. O aporte teórico do texto está baseado no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (2012), nas legislações pertinentes ao assunto e nos estudos de Caldart (2011), Freire (1997) e Freire (2012).

O estudo foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola São Judas Tadeu (Figura 1). O histórico do território quilombola será apresentado nos resultados. O estudo contou com a participação de uma professora, pedagoga, mulher e quilombola, com atuação direta em sala de aula a qual foi devidamente informada sobre os procedimentos exigidos na pesquisa.

Importante citar que, o papel da mulher quilombola, contraria toda a lógica

estabelecida pelo “mundo colonial” onde ficou determinado um padrão de “humanidade”, onde se separava e dividia os superiores e subalternos, onde por muitas vezes esse papel foi invisibilizado na história e onde se tinha dupla discriminação, de ser mulher e de ser negra. Assim estas reestruturaram esse poder e vem revertendo a ordem (MACHADO, 2019).

Figura 1 – Mapa de localização do Quilombo São Judas Tadeu e imagem da Escola de Ensino Fundamental Quilombola São Judas Tadeu, município de Bujaru, Pará, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2024). Elaborado por Talita Aranha.

Na coleta de dados utilizou-se a entrevista presencial, com roteiro contendo sete perguntas abertas e uma fechada relacionado a identificação das entrevistadas; realização ou não de práticas pedagógicas sobre a Educação Alimentar e Nutricional, descrição da(as) prática(as) pedagógica(as) realizada(as) na escola, referentes à pesquisa; a série em que as atividades foram realizadas; disciplinas abordadas nas práticas pedagógicas descritas e as competências da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) que se buscou atender em cada uma das atividades propostas, nas respectivas escolas.

A formação da educadora, série em que a atividade foi realizada, componentes curriculares abordados e as habilidades e competências que cada atividade buscou alcançar, estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação da entrevistada e da prática pedagógica adotada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola São Judas Tadeu, Bujaru, Pará.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola São Judas Tadeu	Gênero do educador	Feminino
	Origem	Quilombola
	Série	Multisseriada
	Formação acadêmica	Licenciatura em Pedagogia
	Componentes Curriculares	Português, Matemática, Ciências, História, Geografia
	Habilidades e competências	EF05CL08; EF15LP01; EF35LP27.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

RESULTADOS

Nesta Seção do artigo será apresentado o histórico dos quilombos que compõem este estudo e as práticas pedagógicas adotadas para inclusão da educação alimentar e nutricional em escolas dessas referidas comunidades tradicionais quilombolas da Amazônia Brasileira.

3.1 A escola quilombola estudada: a geografia da resistência

No Quilombo São Judas Tadeu, Bujaru, Pará, a forma de ocupação, a permanência das famílias na terra, a organização da comunidade e a articulação política levou a comunidade de São Judas a lutar pelo reconhecimento do direito à terra nos critérios de normatização da regularização fundiária na categoria coletiva para comunidades remanescentes de quilombo (MALCHER, 2011).

Neste contexto, após 14 anos de reivindicação, o Quilombo de São Judas Tadeu foi certificado no ano de 2006, através da Portaria nº 11/2006, da Fundação dos Palmares (BRASIL, 2006). As famílias estão representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Oxalá de Bujaru (ARQUIOB). Segundo dados do CadÚnico municipal, dentre os grupos populacionais tradicionais específicos, 193 são famílias quilombolas (BUJARU, 2022).

Em 2023, o número de matrículas totalizou 32 estudantes, sendo 17 alunos na classe multisseriada (Educação Infantil ao 5º Ano) e 15 alunos em Educação de Jovens e Adultos Campo. O funcionamento da escola ocorreu no período matutino (Multissérie) e noturno (EJA Campo). Na turma multisseriada, havia somente uma professora, natural do Quilombo, com formação em Pedagogia. No EJA Campo, havia o rodízio de cinco professores dos componentes curriculares ministrados. Em ambas as séries, todos os docentes eram temporários, sendo que na turma da multissérie, o contrato era municipal e no EJA Campo, estadual.

3.2 Do quilombo à escola: prática pedagógica por meio do Projeto “Afrobetizando”

A proposta pedagógica realizada na Escola Quilombola São Judas Tadeu teve o objetivo de resgatar a cultura alimentar do Quilombo em formato de projeto, envolvendo quinze (15) estudantes da turma multisseriada (Educação Infantil ao 5º Ano). O projeto foi realizado de forma transdisciplinar, tendo como disciplinas norteadoras, História e Geografia, para se trabalhar a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

No ano de 2022, a Escola ganhou destaque, quando a professora Tatiane Albernaz e a coordenadora Rosiete Lessa, foram contempladas pelo Prêmio Educar. O projeto chamado ‘Afrobetizando alunos para a construção de sua cultura e identidade’ foi o único projeto selecionado na Região Norte do país (G1.GLOBO, 2022). Mulheres, negras e quilombolas, que lutam por manter viva a história de seu povo, que organizam e lideram os quilombos, que por ação do Movimento Negro é apontado pela historiografia crítica como primeiro foco de resistência ao regime escravista, isto porque, o quilombo foi o projeto coletivo de resistência da população negra escravizada, foi por meio dele que a unidade na luta se concretizou a ponto de

intimidar o sistema mercantil/colonial representado pela sociedade escravista da época (MACHADO, 2019).

O então projeto “afrobetizando”, levou em consideração a idade e processo de aprendizagem das crianças. Com os estudantes da Educação Infantil, 1º e 2º anos, onde tem crianças de 03 a 06 anos, foi trabalhado o nome do alimento e realizadas atividades de pintura. Os desenhos eram de alimentos do Quilombo e a professora contextualizava o desenho perguntando se a criança gostava do alimento, se em casa era servido o alimento, se havia uma árvore da fruta do desenho. Além disso, a atividade possibilitou trabalhar números e letras como: “quais são as consoantes?”, “quais são as vogais?”, “quantas letras a palavra contêm?”

De outro modo, com os estudantes do 3º, 4º e 5º ano, onde tem crianças com idade de 07 a 09 anos, houve o conhecimento das palavras e produção de textos, além da prática de produção do alimento. Nesta última, por questão de segurança, os estudantes não fizeram o alimento, mas observaram como eram produzidos pelos seus pais, que foram convidados, de modo a aproximar a família da Escola, a fim de valorizar o trabalho deles e fazer com que percebesse que compartilhar os conhecimentos é muito válido, porque pode ser passado de geração em geração.

Os pratos produzidos na Escola foram: mujica , peixe na castanha, mingau de mandioca e mingau de crueira . O objetivo dessa prática foi resgatar alimentos que não são mais servidos com frequência na comunidade. Ao final, ocorreu a socialização da atividade, no “Kiosque Sabores do Quilombo”. Todos os alimentos produzidos foram degustados pelos pais, estudantes e a professora da Escola (Figura 2).

Figura 2 - Socialização do Projeto “Afrobetizando”, Quilombo São Judas Tadeu, Bujaru, Pará.



Fonte: Lessa (2023).

A professora entrevistada também registrou que na Escola é adotado o

processo de alfabetização e letramento.

“Por exemplo, na questão do alimento, nós pegamos as letras, nós pegamos a quantidade, que foi a receita, nós pegamos a origem do alimento, pegamos a história deles. Então foi muito transdisciplinar. Colocamos em prática a Lei 10.639, porque se sabe que na maioria do nosso Estado, essa lei já existe a mais de 20 anos, porém é só no papel, poucas escolas cumprem, então precisamos fazer com que realmente essa lei acontecesse, principalmente lá por ser uma escola de quilombo[...]” (Lessa, 2023).

De fato, na Educação Infantil é um dever trabalhar com a concepção de letramento, estimulando a criança a participar ativamente do processo de construção da leitura e da escrita do seu mundo. De acordo com a BNCC, o letramento na Educação Infantil, visa nortear habilidades, atitudes e valores que as crianças de 0 a 5 anos devem desenvolver, além de propor seis direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) considerados fundamentais. A narrativa da professora também apontou questões relacionadas aos desafios que precisam ser enfrentados. No município de Bujaru, toda a rede municipal de ensino recebe arroz, feijão, carne e frutas. Porém, todos os gêneros vêm de outros territórios. Segundo a professora, sabe-se que o alimento deveria ser voltado principalmente para a realidade deles e do que eles produzem, mas é algo que nunca aconteceu. Até o momento, embora as organizações quilombolas tenham prioridade na seleção dos projetos do PNAE, não há agricultores familiares de São Judas que forneçam gêneros alimentícios para a merenda escolar, embora no Quilombo São Judas, eles produzam farinha, mandioca, verdura e o açaí. Segundo a professora, somente no mês de janeiro do ano em curso, cinco agricultores familiares do local conseguiram ser cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para poder fornecer alimentos à Escola.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo apresentam os relatos da educadora, pedagoga, de uma turma multisseriada, que realiza a inclusão da temática de Educação Alimentar e Nutricional de modo permanente nas práticas pedagógicas adotadas, mas denunciam a oferta irregular de alimentos proveniente a Política Nacional de Alimentação Escolar e a ausência da participação de agricultores familiares quilombolas e suas organizações em Bujaru, como descrito na narrativa da professora da Escola Quilombola São Judas Tadeu.

Embora não fosse o foco principal da pesquisa e que o levantamento de associações e cooperativas habilitadas ao fornecimento para o PNAE não esteja descrito na metodologia do trabalho, o relato da educadora nos direcionou a realização desta busca. De acordo com os extratos do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no município de Bujaru, apenas três organizações sociais possuem habilitação para acesso a política pública enquanto grupo formal e nenhuma delas com percentual de agricultores quilombolas que corresponda a 50% +1, ou seja, em uma Chamada Pública do PNAE, nenhuma delas teria a prioridade na seleção das propostas (Quadro 2).

Quadro 2 – Organizações sociais da agricultura familiar que possuem Cadastro da Agricultura Familiar Jurídico em Bujaru, Pará.

Razão Social:	Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Associação dos Produtores Agrícolas de Castanheiro - Bujaru - Pará	Demais agricultores familiares	26	63.41
	Silvicultura e Extrativismo	5	12.20
	Extrativista	6	14.63
	Silvicultura e Extrativismo	4	8.89
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Bujaru	Demais agricultores familiares	32	71.11
	Extrativista	5	11.11
	Silvicultura e Extrativismo	35	32.41
Associação Bujaruense dos Agricultores e Agricultoras	Quilombola	23	21.30
	Indígena	1	0.93
	Demais agricultores familiares	33	30.56
	Extrativista	4	3.70
	Aquicultor/a	1	0.93
	Assentado/a pelo PNRA	2	1.85

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

As narrativas da professora retomam aspectos dos avanços dos normativos instituídos, em resposta à luta dos movimentos sociais negros contra o racismo e pela igualdade racial e de direitos. No campo das políticas educacionais, os movimentos alcançaram marcos significativos como: a aprovação da Lei Federal nº 10.639/03 ; a homologação do Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução 08/2012 . O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, dado o seu caráter intersetorial, está entrelaçado com as políticas educacionais e atende as populações quilombolas, soma-se às conquistas.

Conforme garantido em lei, o ensino fundamental em comunidades quilombolas, deve garantir um conhecimento no espaço escolar que esteja articulado com os saberes tradicionais e as práticas socioculturais das populações quilombolas visando um processo educativo dialógico e emancipatório que atenda às suas especificidades da cultura e da identidade étnico-racial.

Neste sentido, a prática pedagógica relatada incluiu tais aspectos e dado os encadeamentos entre as propostas pedagógicas e diretrizes do PNAE, destaca-se que foram capazes de fomentar a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem, conforme as diretrizes do Programa.

A prática nesta escola da Amazônia paraense evidenciou que não há um modelo único de comunidade quilombola e, portanto, não há um formato específico para pensar uma educação quilombola, mas reforçaram a importância do professor mediador. Freire define o papel do professor:

Não é falando ao outro de cima para baixo, como se fôssemos portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição, de transformar o seu discurso, às vezes necessário, em uma fala com ele (FREIRE, 1997, p. 49)

Neste contexto, a autora Roseli Caldart pontua que a realidade local não pode ser reduzida a momentos de contextualização dos conteúdos. Se quisermos proporcionar um olhar verdadeiramente crítico sobre essa realidade se faz necessário:

[...] juntar teoria e prática, integrando, em uma mesma totalidade de trabalho pedagógico, não somente disciplinas ou conteúdos entre si, mas estudo e práticas sociais, fundamentalmente práticas de trabalho e de organização coletiva dos estudantes, totalidade inserida na luta pela criação de novas relações sociais e na

formação omnilateral dos trabalhadores que lhe corresponde (CALDART, 2011, p. 114).

Portanto, trabalhar a temática de segurança alimentar e nutricional contribui não só para o desenvolvimento dos alunos, mas para o bem-estar de todas as pessoas envolvidas, o que inclui educandos agricultores/as, as famílias de agricultores/as, as organizações sociais dos agricultores/as.

De acordo com os estudos de Corrêa et al. (2020), o PNAE, por ser o mais abrangente programa na área de alimentação e nutrição, tem, em suas cozinhas, um potencial papel impulsionador de espaços de resistência e de demarcação de identidades diante dos processos de mudanças pelos quais nosso sistema alimentar está exposto.

Apesar de todos os avanços, continua sendo um desafio incluir na merenda escolar os gêneros alimentícios ofertados pelos agricultores familiares quilombolas. Neste sentido, a narrativa da professora da Escola São Judas Tadeu (re)afirma que não basta legalizar, ao contrário, é necessário legitimar o direito. Ou seja, pensar a escola como um espaço sociocultural implica trazer um olhar mais denso para além dos muros da escola, especialmente, quando se trata das tradições e da cultura, incluindo a alimentação dos povos quilombolas.

É necessário que a escola possa garantir aos educandos vivenciar a sua identidade quilombola. Paulo Freire enfatizava que, o ser humano em sua vocação ontológica necessariamente precisa participar ativamente e intervir junto ao mundo. Entretanto, para que isso ocorra, é imprescindível que ele consiga assumir a sua posição em relação a si, aos outros e com o mundo (FREIRE, 1997, p. 59-60). É nessa relação com o mundo que Freire, assim se definia como recifense-gente do mundo:

Antes de tornar-me um cidadão do mundo fui e sou um cidadão do Recife, a que cheguei a partir de meu quintal, no bairro de Casa Amarela. Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidades tenho de me espraçar, me mundializar. Ninguém se torna local a partir do universal. O caminho existencial é inverso. Eu não sou antes brasileiro para depois ser recifense. Sou primeiro recifense, pernambucano, nordestino. Depois, brasileiro, latino-americano, gente do mundo (FREIRE, 2012, p. 25).

Ainda de acordo com o educador é preciso tomar como ponto de partida da construção do conhecimento, a realidade vivenciada pelo educando. Portanto, é necessário que a cultura e os conhecimentos tradicionais experienciados no dia a dia

das comunidades quilombolas sejam valorizadas, pois a partir daí estas comunidades terão a suas culturas reconhecidas por outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo foi respondida à questão norteadora de como é feita a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem em uma escola da Amazônia paraense, a partir de práticas pedagógicas exequíveis, que levaram em consideração a realidade cultural desses territórios e abriu o debate para outros aspectos inerentes à aprendizagem como a participação das famílias no fazer pedagógico da escola e a tomada de consciência de pertencimento étnico-racial.

Neste sentido, torna-se fundamental refletir na escola o processo de formação territorial do que hoje se conhece por quilombos, surgidos, principalmente, a partir das fugas de pessoas negras escravizadas, nas fazendas agrícolas, onde sobreviviam em condições de extrema violência e de mortes frequentes, por conta do sistema escravocrata vigente, instituído no período colonial brasileiro.

A atividade de pesquisa proposta teve a finalidade de trazer à luz componentes que confrontam a realidade e os conhecimentos construídos pelos educadores. Desta forma, a investigação foi se delineando como construtora de alternativas para se desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional, que ao serem analisadas permitissem reconhecer aquilo que se busca no objeto de estudos, que são os saberes profissionais docentes e suas práticas pedagógicas, atrelados aos princípios da EAN.

Por fim, apresentar as experiências vivenciadas em sala de aula é relevante na medida em que a Educação é, também, uma troca de conhecimentos/práticas educacionais. Assim, à medida que tais vivências são compartilhadas, torna-se possível contribuir para o enriquecimento educacional do conjunto social do qual somos parte.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), *Campus Vigia*, pela Especialização em Agroextrativismo Pesqueiro e Desenvolvimento Rural.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Maria Cristina; DIAS, Luiz Marcos de França (2019). Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernoscenpec**, v.9, n.1, p.153-174, 2019. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/453>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Lei 14.660/2023, de 23 de agosto de 2023**. Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.660-de-23-de-agosto-de-2023-505126186>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 10 de março de 2023**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <https://rebrae.com.br/resolucao-no-2-de-10-de-marco-de-2023/> Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf . Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, n. 256, , quinta-feira, 12 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 28

dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 11, de 6 de junho de 2006.** Registrar a Comunidade de São Judas Tadeu, localizada no município de Bujaru, Estado do Pará, Registro no - 583, Fl. 93, em 19/05/2006. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/06/2006&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=80>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 32/2006.** Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2006/resolucao-cd-fnde-no-32-de-10-de-agosto-de-2006>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 38, de 23 de agosto de 2004.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2004/resolucao-cd-fnde-no-38-de-23-de-agosto-de-2004>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 dez. 2023. CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: MUNARIM et al. (orgs.) Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2ª ed. 2011, p. 145-187.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico 2022:** quilombolas, primeiros resultados do universo: IBGE, Rio de Janeiro 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. **Rev. Portuguesa de Educação.** Vol 16, n 2, p. 17. 2010. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf. Acesso em 12 fev. de 2024.

CORREA, Nádia Alinne Fernandes; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso; SILVA, Hilton Pereira. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces entre a cultura

alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 145-163, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8497>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, 256 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 76p.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. Poder, organização política e pedagogias oculto-presentes de mulheres negras do território quilombola do Rio Jambuaçu-Moju/PA. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém. 2019. Disponível em: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=301. Acesso em: 05 de mar. de 2024.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Territorialidade quilombola no Pará: Um estudo da Comunidade São Judas, Município de Bujaru e da Comunidade do Cravo, Município de Concordia do Pará. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2011. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504830/bytestreams/content/content?file name=Maria+Albenize+Farias+Malcher.pdf>. Acesso em: 18 dez. de 2023.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY JR, Alexandre Americo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Vol 31, n 118, p. 1-23. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003056>. Acesso em 22 jan. de 2024.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Revisão integrativa. **Revista de políticas públicas**. Ceará. Vol 15, n 2, p. 145-153. 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>. Acesso em: 14 jan. de 2024.

BUJARU. **Plano municipal de segurança alimentar e nutricional - PLAMSAN I** (2022-2025). Bujaru, Pará. 68p. Disponível em: <https://bujaru.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-Municipal-de-SAN-Bujaru-PA.pdf>. Acesso em: 14 jan. de 2024.

SODER, Taís Fátima et al. Percepções de gestores sobre as ações de educação alimentar e nutricional na Escola. **Revista Contexto & Saúde**, Vol 21, n 43, p. 18-32. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2021.43.11163>. Acesso em: 29 dez. de 2023.

SOUZA, Camillo Guimarães; RIBEIRO, Denize de Almeida. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**. Vol. 4, n. 1, p. 89 – 104. Disponível em: <https://doi.org/10.35953/raca.v4i1.148>. Acesso em: 29 dez. de 2023.